



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA INCLUSÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A N E X O

**PROGRAMA DE APOIO À IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE
CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS – CVTs**

1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Apoio Implantação e Modernização dos Centros Vocacionais Tecnológicos dispõe sobre a elaboração e proposição de diretrizes gerais para a atuação coordenada do Governo Federal no apoio aos CVTs. A concepção dos CVTs atende à estratégia de desenvolvimento do Governo Federal e, sendo assim, compartilha objetivos e converge para atuação em espaços selecionados em instituições, governamentais e não governamentais. Neste sentido, destacam-se convergências com Programas voltados para a Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, inseridos no PPA 2004-2007.

Este é um amplo programa de “aprendizado tecnológico” apoiado em modernas técnicas disponíveis de informação e comunicação, em articulação estreita e constante com as peculiaridades de cada conjunto social traduzidos pela atenção às suas vocações. Esse programa compreende a implantação de Centros de Ciência e Tecnologia, composta de estruturas de convivência dotadas de facilidades de informação e comunicação e oficinas e/ou laboratórios vocacionados para a situação particular de cada caso.

A ação de apoiar a modernização e implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos faz parte do Programa de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia, que visa tornar os conhecimentos científicos e tecnológico acessíveis a uma maior parcela da população. A divulgação científica e tecnológica, que é um dos ramos da educação não-formal, tem um papel importante na formação permanente de cada pessoa e no aumento da qualificação geral científicotecnológica da sociedade.

2. CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS – CONCEITO

O conceito de CVT adotado é:

“Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são, além de unidades de ensino e de profissionalização, centros voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e para a transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo. Os CVTs estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, levando-se em conta a vocação da região onde se insere, promovendo, a melhoria dos processos produtivos.”

3. CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS – OBJETIVOS

O objetivo dos CVTs é fortalecer os sistemas locais e regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da integração e do esforço estratégico de atores locais inseridas na vocação regional, visando a promoção de desenvolvimento econômico e social sustentável.

Objetiva-se o fortalecimento da rede nacional de difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico através da ampliação da oferta de pontos de acesso ao conhecimento em Ciência e Tecnologia que propiciem a formação continuada com qualidade, ambientes adequados, e demais condições que permitam levar para espaços formais e não-formais de educação, a experimentação, a investigação da realidade e a difusão do conhecimento científico e tecnológico e suas aplicações no cotidiano das pessoas. Esta é uma das atribuições estratégicas do Programa de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social e Difusão e Popularização da Ciência (2004-2007).

3.1. Objetivos Gerais

- Contribuir para a melhoria do Ensino de Ciência na Região;
- Fortalecer a vocação regional, visando à promoção de desenvolvimento econômico e social sustentável;
- Proporcionar cursos de formação profissional na área científico-tecnológica;
- Fortalecer a capacitação da população, visando à redução de desigualdades sociais e econômicas;
- Contribuir para o desenvolvimento regional, com ênfase em inclusão social e redução de disparidades regionais;
- Fortalecer os Sistemas Locais e Regionais de C,T&I, consolidando-os como fator de suporte às economias regionais.

3.2. Objetivos Específicos

- Assegurar o compromisso dos atores locais com a sustentabilidade das estruturas de apoio ao desenvolvimento tecnológico
- Apoiar ações orientadas para a qualificação e capacitação tecnológicas em áreas relacionadas às vocações locais e/ou regionais;
- Reforçar a infra-estrutura instalada de PD&I necessária ao processo de geração, adaptação e difusão do conhecimento científico-tecnológico;
- Melhoria na formação e desempenho de professores de Ciências da região;
- Apoiar iniciativas locais de Inclusão Digital da População

4. APLICABILIDADE DOS CVTS:

- Difusão do conhecimento científico-tecnológico;
- Promover a difusão e a popularização da Ciência
- Capacitação técnica de recursos humanos por meio de cursos de qualificação;
- Contribuir para a geração de emprego e renda;
- Aproveitamento das oportunidades locais (arranjos ou processos produtivos locais) e vocações das regiões já existentes ou emergentes;
- Contribuir para o aumento da competitividade das micro e pequenas empresas;
- Incentivar, articular e promover o desenvolvimento do empreendedorismo por meio da capacitação e/ou atualização tecnológica e gerencial;
- Inclusão Digital da população;
- Apoio ao Ensino e Capacitação à Distância
- Adensamento das cadeias produtivas específicas da região;
- Parceria e apoio a Universidades e Centros de Pesquisa - incentivo à

experimentação científica;

- Transferência de Tecnologias Apropriadas como meio de contribuir para o desenvolvimento regional e na diminuição das diferenças regionais;
- Promover a Incubação de Cooperativas, Micro e Pequenas Empresas;
- Integração às Infovias - Rede de Conhecimento;
- Elevar a base científica da população;
- Apoio ao Ensino Formal de Educação;
- Promover a difusão de tecnologias apropriadas como um meio para buscar a diminuição das diferenças regionais e permitir o desenvolvimento harmônico das mesmas.
- Apoiar o desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos que viabilizem o aumento da competitividade e a melhoria dos bens e serviços prestados pelas empresas da região;
- Assistência técnica à população com serviços ou produtos relacionados aos processos produtivos locais;

5. CARACTERIZAÇÃO DOS CVTS

Os objetivos dos CVTs estão definidos de forma a alinhar-se com as diretrizes elaboradas para apoio aos CVTs, por meio do estímulo a atividades científico-tecnológicas, educacionais, profissionalizantes, capacitação, PD&I. A caracterização de um Centro Vocacional Tecnológico se dá por variáveis que orientam o reconhecimento do enquadramento do projeto como um CVT.

Essas variáveis são:

- a) Vertente Científico-Tecnológica
- b) Promoção da Inclusão Social
- c) Vertente Educacional – apoio ao Ensino de Ciências
- d) Vertente de Capacitação Profissional voltado para a demanda local.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE CVTS

É de fundamental importância o levantamento das variáveis determinantes para o enquadramento dos projetos a serem implantados.

6.1. CVT Tipo 1: Capacitação Profissional e Apoio ao Sistema de Ensino em Ciências.

Este modelo de CVT encontra-se fundamentado no projeto original de “Capacitação Tecnológica da População: Centro Vocacional Tecnológico – Projeto Básico”, proposto pelo Deputado Ariosto Holanda, fruto da sua experiência como Secretário da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (no período de março de 1995 a 2002). Sua característica distintiva é uma ligação forte e seu apoio ao sistema de ensino, principalmente à área das ciências básicas local ou regional para assistir aos alunos e professores das escolas públicas com aulas práticas e também facilitar os trabalhos de extensão universitária.

Esses CVTs deverão ter uma forte articulação local com as instituições de ensino como escolas locais de ensino médio ou técnicas, parcerias com Universidades Federais, CEFETs, CENTECs, Instituições ou Institutos de Pesquisa Científica e Tecnológica. Os CVTs poderão proporcionar cursos nas áreas de ensino básico, técnico, profissionalizante, em diversos níveis, de modo a atender à uma demanda educacional, reprimida em algumas regiões, em vários estágios de aprendizagem. Sua estrutura de ensino, com base em laboratórios e oficinas, está orientada para capacitar as pessoas para o trabalho no campo de suas atividades profissionais. Deverá se constituir em um centro de excelência, irradiador de conhecimento,

voltado para a capacitação tecnológica da população observando-se sobretudo, a vocação da região.

Este centro destina-se, principalmente, àquelas pessoas que não têm mais tempo de receber ensino formal, porque precisam trabalhar, mas que, por não terem profissão definidas precisam adquirir novos conhecimentos para entrar no mercado de trabalho.

Para atender à essa população, nele, são poderão ser ministrados cursos informais, profissionalizantes, de cunho prático, nas áreas de serviços técnicos tais como: eletricitista reparador, mestre de obras, técnico agrícola, bombeiros hidráulico, mecânico, técnico em refrigeração e outros, ou de processos produtivos: processamento de frutos, processamento de pescado, processamento de materiais de construção, processamento de alimentos e outros.

Esta unidade de formação profissional básica e de prestação de serviços, será assistida por professores e profissionais de alto nível, e terá na sua estrutura laboratórios de física, química, biologia, matemática, informática, eletromecânica, análise de solos, água e alimentos, biblioteca multimídia e sala de vídeo conferência. Esses laboratórios serão utilizados para aulas práticas de experimentação científica e poderão ser utilizados para prestação de assistência técnica ao meio, com serviços de análise laboratorial de água, solos e alimentos.

O laboratório de informática poderá dar apoio a programas de inclusão digital da população. A sala de videoconferência poderá servir de base para cursos de capacitação e/ou ensino à distância (principalmente projetos de educação continuada à distância para professores, agentes de saúde e outros), palestras, reuniões interligadas ou não com outros centros, e etc. Este empreendimento pretende entre outras ações, o desenvolvimento nesse Estado de cursos nas áreas de Ciências, Construção Civil, Eletroeletrônica, Tecnologia de Alimentos, Química, Mecânica, Gestão Empresarial, Agricultura, Agroindústria e Pecuária, entre outras.

Laboratórios envolvidos:

» Laboratório de Física - com todos os instrumentos e equipamentos necessários para as práticas de física relacionadas com a mecânica, calor, acústica, ótica, eletricidade e magnetismo.

» Laboratório de Química - com vidrarias, reagentes, balanças, microscópio, fotômetro e outros instrumentos necessários para análises e investigações científicas relacionadas com as práticas de química.

» Laboratório de Biologia - equipado com todos os instrumentos e materiais de botânica, zoologia e anatomia necessários para as práticas de biologia, e da fauna e flora da região.

» Laboratório de Análises de Água, Solos e Alimentos - com os instrumentos necessários para fazer as análises químicas e bacteriológicas de água, ali - mentos e solos. Esse laboratório servirá de apoio à comunidade e aos agricultores da região, orientando-os sobre o uso de fertilizantes e corretivos de solos, e defensivos agrícolas.

» Laboratório de Informática - com 10 computadores de última geração, dotados de multimídia, placa de fax- modem, conectados à rede INTERNET, está voltado para capacitar a população local para a prática da informática e para participar do projeto Educação a Distância, via INTERNET.

Tal laboratório estará permanentemente ligado às universidades e aos institutos de pesquisa da região e do país.

» Oficina de Eletromecânica - equipada com ferramentas e instrumentos necessários para ministrar cursos profissionalizantes nas áreas de eletrotécnica, eletrônica e manutenção mecânica.

- » Sala de Videoconferência - devidamente equipada com vídeocâmara, tela e projetor, microfone, carteiras, computador, irá garantir a realização dos cursos a distância, através das infovias. Funciona também como miniauditório.
- » Biblioteca Multimídia - terá no seu acervo livros, revistas, CD-ROM, vídeos, e ambiente adequado, com mesas, cadeiras, computador, TV com vídeo, para a realização de estudos e consultas.
- » Salas Polivalentes - são salas de aula devidamente instaladas para a realização de aulas teóricas. Contêm retroprojetor, quadro - negro e carteiras.

Os laboratórios dos CVTs irão também oferecer à população serviços de análises, testes, ensaios e trabalhos de consultoria voltados para orientar as micro e pequenas empresas nos seus serviços e processos.

O CVT Tipo I deve estar fortemente articulado com as estratégias locais, construídas em colaboração com o estado e o município, e deve contar com parcerias e apoio da estrutura formal de ensino (Universidades, Escolas Técnicas e outras), contribuindo para seu bom funcionamento e para o desenvolvimento de conteúdos específicos, a partir das necessidades detectadas.

6.2. CVT Tipo 2: Capacitação Profissional em Apoio à Demanda Produtiva Local

Sua característica predominante é apoiar a capacitação profissional voltada para as demandas locais ou regionais com potencial de desenvolvimento econômico-produtivo, em setores já existentes de formas precárias ou com necessidade de aprimoramento, ou ainda, em setores emergentes.

É possível reconhecer a existência do potencial de um Centro Vocacional Tecnológico por meio de um levantamento das necessidades do mercado de trabalho local, da capacitação da região em um processo produtivo específico ou por meio de uma demanda local já existente ou emergente, a partir de um conjunto de variáveis, presentes em graus diferentes de intensidade. São elas:

- Concentração setorial de empreendimentos no território: quantidade de empreendimentos, predominantemente de micro, pequeno e médio porte, que seja relevante para o contexto econômico local ou regional. O número mínimo de unidades produtivas que compõe uma demanda produtiva local deve ser relativizado também em relação às particularidades do setor e do território onde está localizado. (O conceito de empreendimento é aquele, mais amplo, de unidade produtiva, contemplando empreendimentos individuais e coletivos).
- Concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência da demanda local: quantidade de indivíduos ocupados que seja relevante para o contexto econômico local ou regional, levando-se em conta as particularidades do setor e do território onde se localiza a demanda produtiva local.
- Cooperação entre os atores participantes da demanda (empreendedores e demais participantes), em busca de maior competitividade: formas percebidas de interação entre os atores envolvidos na demanda local, para a realização de ações que buscam um objetivo comum, relacionado ao desenvolvimento sustentável da demanda.

A cooperação pode acontecer entre as unidades produtivas, mas também entre estas e outras instituições presentes nas demandas produtivos locais, tais como associações de classe, associações comerciais, redes de empresas, instituições de ensino e pesquisa, ONG, etc, além da cooperação entre instituições que atuam localmente.

- Existência de mecanismos de governança: existência de canais (pessoas físicas ou organizações) capazes de:

1. Liderar e organizar atores em prol de objetivos comuns nas atividades em demandas produtivas locais; ou
2. Coordenar as ações dos diferentes atores para o cumprimento de objetivos comuns; ou
3. Negociar os processos decisórios locais; ou
4. Promover processos de geração, disseminação e uso de conhecimentos.

Uma vez explicadas as variáveis de identificação de um Centro Vocacional Tecnológico, a questão relevante passa a ser o porquê de uma política nacional de promoção da(s) referida(s) demanda(s) e em que medida uma política de promoção de empresas desse(s) setor(es) difere das políticas tradicionais de fomento às micro e pequenas empresas.

O CVT Tipo II deve estar fortemente articulado com as estratégias locais, construídas em colaboração com o estado e o município, e deve contar com parcerias e apoio da estrutura formal de ensino (Universidades, Escolas Técnicas e outras), contribuindo para seu bom funcionamento e para o desenvolvimento de conteúdos específicos, a partir das necessidades detectadas.

6.3. CVT TIPO 3: Capacitação Profissional em Apoio ao Sistema de Ensino em Ciências e em apoio à Demanda Produtiva Local.

Este CVT possui como característica predominante mesclar e/ou complementar o CVT Tipo I e o CVT Tipo II, ou seja, apoiar o sistema de ensino de ciências com laboratórios de ciências básicas voltadas para a experimentação científica para assistir aos alunos e Professores das escolas públicas e também facilitar os trabalhos de extensão universitária, bem como a capacitação profissional voltada para serviços técnicos ou processos produtivos, e também apoiar a capacitação profissional voltada para as demandas locais ou regionais com potencial de desenvolvimento econômico-produtivo, em setores já existentes ou emergentes.

O CVT Tipo III deve estar fortemente articulado com as estratégias locais, construídas em colaboração com o estado e o município, e deve contar com parcerias e apoio da estrutura formal de ensino (Universidades, Escolas Técnicas e outras), contribuindo para seu bom funcionamento e para o desenvolvimento de conteúdos específicos, a partir das necessidades detectadas.

7. MECANISMOS DE APOIO

O Centro Vocacional Tecnológico é o Programa do MCT que corresponde à Atividade homônima do PPA 2004 – 2007: ‘Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos’, suportado por fontes de recursos próprios ou provenientes de emendas parlamentares individuais, de comissões ou de bancadas.

O limite para repasse de recursos próprios do MCT, oriundos do Programa de Apoio à Implantação e Modernização dos CVTs será da ordem de R\$600.000,00 por projeto, sendo R\$500.000,00 para serem utilizados apenas em despesas de capital (despesas de investimento) e R\$100.000,00 para serem utilizados apenas em despesas de custeio (despesas correntes). O projeto deverá conter uma lista completa e detalhada de todos os equipamentos e/ou materiais a serem adquiridos, especificando cada um dos itens, que se deseja adquirir com tal apoio.

Despesas Correntes / Custeio

Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, tais como:

- Material de consumo
- Passagens, despesas com locomoção e diárias
- Serviços de consultoria técnica ou auditorias financeiras ou jurídicas, ou assemelhadas.
- Serviços de terceiros pessoa física.
- Serviços de terceiros pessoa jurídica

Despesas de Capital:

Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

- Obras e instalações.
- Aquisição de equipamentos e material permanente

Obs: Lembramos que para compra e/ou aquisição de bens e/ou serviços as licitações deverão ser executadas em devido cumprimento à Lei n.º 8.666/93 e suas respectivas alterações.

8. MODELOS DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Parceria obrigatória: vínculo com instituição de ensino, seja municipal, estadual ou federal (Ex: Universidades, Institutos de Pesquisa, Instituições de Ensino, CEFETs, etc).

Os CVTs devem estar fortemente articulado com as estratégias locais, construídas em colaboração com o estado e o município, e devem contar com o apoio da estrutura formal de ensino (Universidades, Escolas Técnicas e outras), contribuindo para seu bom funcionamento e para o desenvolvimento de conteúdos específicos, a partir das necessidades detectadas. A dinâmica adotada nos Centros poderá ser presencial ou virtual e participativa, por meio da “interação de conhecimentos”, para transmitir desenvolvimentos adequados à cada situação.

Desse modo o Programa de Centros Tecnológicos se converte, a um só tempo, em presença do governo federal junto à população alvo de inclusão social e em unidade de articulação com as esferas estaduais e municipais, potencializando os investimentos das três esferas de atuação.

Para a implementação de um CVT, deverá haver, preferencialmente, a articulação dos agentes dos Sistemas de CT&I, através de ação conjunta com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de C&T ou, na sua falta, com órgão que assuma funções similares em nível estadual e/ou municipal. O MCT compartilha do entendimento de que a atuação coordenada de instituições ou órgãos públicos em parceria com Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais, Institutos de Pesquisa, Universidades, Associações Locais, comunidade, e/ou demais atores locais, em apoio aos CVTs trará resultados superiores para o desenvolvimento dos mesmos.

A implementação do CVT poderá ser, portanto, uma iniciativa conjunta e compartilhada, em termos financeiros e de gestão, com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de C&T e/ou outras instituições. A mobilização desse um conjunto de instituições com missões e mandatos variados permitirá que se leve aos CVTs um leque de instrumentos capaz de atender às demandas de todos os tipos: de infra-estrutura, de capacitação, de recursos humanos e de gestão empresarial, de logística, de crédito etc., bem como contribuir para a sustentabilidade do projeto.

Diante da diversidade e das inúmeras formas de abordagem existentes, que respondem à missão ou competência de cada instituição, deverão ser privilegiados os projetos que apresentem articulação local bem definida, permitindo a atuação conjunta.

8.1. Proponente:

O Sistema MCT atua no compromisso de explicitar e destacar a importância de ações integradas para a construção de desenvolvimento econômico e social sustentável.

O Proponente (ou convenente) “é o órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista de qualquer esfera de governo ou organização particular com a qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio” (IN STN nº 1/97).

Executor (caso o órgão ou entidade executora e a proponente não sejam a mesma: - órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo ou organização particular sem fins lucrativos, responsável direto pela execução do objeto do convênio.

É importante lembrar que o proponente receberá os recursos financeiros provenientes do convênio firmado, a serem depositados em conta específica para fins do convênio. Para tal, o convenente deverá estar em situação de regularidade a ser comprovada pelos documentos exigida na IN nº 1/97 Art. 3º, bem como comprovar o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel onde será implementado o CVT.

8.2. Infra-Estrutura:

Os espaços físicos onde serão implantados os CVTs deverão ser espaços públicos já existentes (não sendo recomendada construção de edificações) podendo o imóvel sofrer reformas, readequações ou adaptações físicas necessárias às instalações compatíveis com o projeto básico. Nos casos em que o Projeto contemplar a execução de alguma obra, reforma e/ou adequação de infra-estrutura, é necessário a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente (escritura ou termo de cessão de direitos por no mínimo 20 anos), bem como o projeto de engenharia civil da referida obra, devidamente assinado por profissional habilitado pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).

9. CRITÉRIOS E ENQUADRAMENTO DE PROJETOS PARA O APOIO À IMPLANTAÇÃO DE CVTS

O contexto que caracteriza os CVTs é, portanto, similar ao que sustenta a difusão e popularização da ciência, geração de conhecimento científicotecnológico, aprendizado em tecnologia e inovação, pois os processos inovativos são também interativos, localizados e dependentes de trajetórias percorridas, moldadas por aspectos históricos e culturais.

Os itens que devem constar do projeto básico de implantação de CVTs e que servirão como critérios gerais para seu enquadramento e análise estão delineados abaixo:

I. Síntese

- a) Objetivo geral do projeto
- b) Justificativa do projeto

Justificar a importância do CVT para a região. Em relação ao público que se pretende atingir; quais as possibilidades de inserção dessa mão-de-obra capacitada no mercado da região; quais as chances dos CVTs firmarem convênios com empresas locais ou regionais ou até mesmo quais as chances de se formar incubadoras, associações, cooperativas visando à geração de renda e ocupação para este público;

c) Tipo de CVT

d) Localização

II. Informações gerais

a) Contexto Sócio-Cultural-Econômico / Informações Locais e Regionais

O projeto deve conter:

i) Informações Gerais: localização geográfica, histórico, contextualização sócio-cultural, características regionais;

ii) Informação acerca da vocação da região: dados estatísticos relativos à produção e subprodutos, número de envolvidos, perfil do público beneficiário, possíveis gargalos tecnológicos

iii) Informações sobre ações semelhantes já existentes na região: programas, ações ou projetos semelhantes do Governo Federal (NTE, CEFET, Universidades etc) , Estadual ou Municipal, bem da iniciativa privada na região escolhida para o CVT.

b) Público-Alvo

O público-alvo do projeto deve estar bem definido: qual a população a ser beneficiada pelo CVT levando-se em conta a vocação da região onde se insere e sua realidade educacional, social e econômica?

c) Foco e Especificidade

O projeto deve atender à vocação da região. Seu objetivo é o de promover a inclusão social por meio da estruturação ou implantação do CVT como centros de excelência que atendam ao perfil da região e seu público beneficiário. Assim sendo, o apoio à implantação do CVT deve privilegiar a capacitação profissional e técnica dos jovens e adultos que já realizam atividades na região, preferencialmente ligadas às atividades produtivas consideradas mais significativas e com maior impacto na empregabilidade, mas que enfrentam as consequências das desigualdades do desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico do país.

No que tange à especificidade do projeto ele deve levar em consideração a diversidade dos municípios da região e suas características próprias. Cada Centro deverá atender às necessidades daquela população ou região. São importantes as informações sobre a(s) área(s) temáticas a serem abordadas pelo CVT, levando em consideração o potencial já existente ou à demanda local ou regional.

Deverá ser analisada que capacitação tecnológica poderá proporcionar ganhos de escala para a população beneficiada e as características do CVT se adequem às necessidades da região.

d) Impacto Local/Regional e Resultados esperados Deve ser demonstrado como o CVT, de alguma forma, trará melhorias à região/população: promoverá a geração de emprego; a melhoria da renda; o desenvolvimento local; a melhoria de índices sociais (IDH e outros); a melhoria do conhecimento e da qualificação da população; a inserção do pessoal qualificado no mercado de trabalho, etc.

Os projetos devem explicitar os resultados que se pretende alcançar e demonstrar claramente que terão condições de atingir os resultados esperados.

e) Parcerias e Contrapartidas locais

A contrapartida é a parcela de custos assumida pela entidade proponente/executora, e deve sempre ser detalhada e estar incluída no custo total do Projeto.

Parcerias no âmbito: federal, estadual, municipal e da sociedade civil organizada (sendo necessário pelo menos um partícipe do governo); Mencionar e explicitar aqueles órgãos ou entidades que podem contribuir de alguma forma para execução do Projeto, a título de parceria.

Atentar para que não haja sobreposição de ações de Centros de referência, tais como CEFETs; Universidades Tecnológicas; Escolas técnicas; etc., já existentes na região. Nos casos onde já exista uma ou mais iniciativas semelhantes, recomenda-se parcerias para o fortalecimento desses Centros, com a condição de se estabelecer critérios que atendem à vocação da região, caso esta não tenha sido amplamente beneficiada por meio de cursos profissionalizantes já implementados no Centro que se encontra em funcionamento;

“A contrapartida dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e das entidades de direito privado, que poderá ser atendida através de recursos financeiros, de bens ou de serviços, desde que economicamente mensuráveis, e estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo por limites percentuais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias” (IN/1997).

Dos Municípios Percentual

Municípios com até 25.000 habitantes 3 a 8 %

Municípios localizados nas áreas da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e na região Centro-Oeste. 5 a 10 %

Demais Municípios 20 a 40 %

Dos Estados Percentual

Estados localizados nas áreas da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e na região Centro-Oeste. 10 a 20 %

Demais Estados 20 a 40 %

Orçamento da contrapartida

Podem ser considerados como contrapartida os seguintes recursos:

- Recursos humanos: valores correspondentes a salários dos membros da equipe e/ou técnicos envolvidos na execução do Projeto. Considerar o valor mensal da remuneração paga e o período

de dedicação da pessoa no Projeto.

- Equipamentos e material permanente: o uso da infra-estrutura existente (máquinas, veículos, equipamentos e etc). O valor a ser considerado deverá ser equivalente ao uso de determinado bem, no período e nas atividades do Projeto, e não o valor de venda do bem.

- Caso o projeto pretenda executar alguma obra em imóvel de posse do proponente, o valor dele

pode ser considerado como contrapartida.

- Recursos financeiros: são recursos provenientes do próprio proponente alocados ao Projeto.

III. Implantação e Gestão

a) Coordenação e Gestão

Coordenação:

Apresentar a definição prévia do responsável técnico pelo projeto, da equipe envolvida no projeto e sua conseqüente execução, com os respectivos dados para contato se necessário.

Gestão:

Apresentar o modelo de gestão a ser adotado, definindo claramente os papéis de todos os parceiros envolvidos.

b) Metodologia de Implantação

Deve ser explicitado claramente como se dará o processo de implantação do CVT e suas etapas. Inserir a metodologia a ser adotada para a execução do Projeto. A metodologia deve responder à seguinte pergunta: como o projeto será implementado? Explicar passo a passo o conjunto de procedimentos e as técnicas a serem utilizadas que, articulados numa seqüência lógica, possam permitir atingir os objetivos do projeto.

Clareza quanto ao acesso do público beneficiário do CVT, isto é, como será feita a divulgação dos cursos, como será feita a adesão, quem poderá participar, etc.

Quais as possibilidades de acesso dos alunos dos ensinos fundamental e médio à tecnologia que será disponibilizada para os cursos nos CVTs – sendo este um Centro que poderia funcionar em parceria com as escolas municipais e estaduais para a realização de atividades extracurriculares (saídas de campo, etc.)

Apresentar a grade curricular que está sendo proposta, com o devido detalhamento da metodologia, observando se esta atende às necessidades da região, quantos alunos por cursos, qual a faixa etária do público, se serão oferecidos cursos complementares (como por exemplo, cursos de alfabetização para jovens e adultos) – sugere-se considerar a possibilidade de implantação de novos cursos, proporcionando assim algum grau de flexibilidade;

Formas de Implementação

Nesta descrição deve-se indicar, no mínimo, as seguintes informações:

- Como serão coordenadas e gerenciadas as atividades?
- Como e em que momentos haverá a participação e o envolvimento direto de outros grupos, órgãos e/ou entidades?
- Quais as tarefas que cabem ao proponente e/ou executor do Projeto?
- As atividades de capacitação necessárias, seus conteúdos programáticos e beneficiários (diretos e indiretos).
- Como, quando e por quem serão feitas as avaliações intermediárias sobre o andamento do projeto – monitoramento e avaliação interna.
- Na disposição dos resultados, o que será objeto de divulgação, os produtos, os tipos de atividades, abrangência e o público alvo.
- Outras atividades de implementação que se fizerem necessárias.

c) Sustentabilidade

Demonstrar a disposição do proponente quanto à continuidade e sustentabilidade do projeto após o período de implantação, bem como o compromisso institucional de todos os parceiros.

Apresentar a definição ou previsão de recursos humanos e recursos orçamentário-financeiros necessários para a gestão do CVT, quando em funcionamento. Apresentar, se possível, os recursos específicos no orçamento do

responsável pela manutenção do Centro, após o término de sua implantação. Apresentar a previsão de auto-sustentabilidade do CVT e/ou possibilidades de como se pretende gerar recursos próprios para a manutenção do CVT.

Garantia de manutenção dos equipamentos (no mínimo para os 12 meses subsequentes ao término do convênio);

Garantia de permanência do corpo docente do CVT (envolvimento da Secretaria de Educação e de Planejamento, no âmbito estadual, com vistas a garantir a contratação do corpo docente e administrativo ou parcerias com Universidades ou outras instituições de ensino);

Apresentar a condição de contrapartida (para a sustentabilidade do projeto, devido funcionamento e manutenção da infra-estrutura física e dos equipamentos) garantida em rubrica orçamentária estadual ou municipal, conforme já prevê a IN 01/1997.

d) Cronograma

Apresentar, em meses, a duração da execução de cada uma das etapas do processo de implantação do projeto.

Obs: Recomenda-se um tempo mínimo de 18 (dezoito) meses para sua total execução.

IV. Avaliação e acompanhamento

a) Acompanhamento

Deverão estar descritos quais os instrumentos de acompanhamento do andamento do Plano de Desenvolvimento, como e com que frequência os resultados serão avaliados.

b) Indicadores para Avaliação dos Resultados

Descrever indicadores para medir cada resultado que se espera alcançar e

Quais os métodos de medição da situação atual e da situação futura, já que o projeto deverá estar inserido no contexto de promover a inclusão social da região.

Sugere-se que os indicadores sejam classificados em:

a) Econômicos (ex: redução de importação, geração de renda, redução de mortalidade de empresas, aumento da participação no mercado interno e/ou externo, produtividade local, etc.)

b) Sociais (ex: geração de renda, melhoria das condições de trabalho, capacitação dos trabalhadores, IDH, etc)

Outras classes de indicadores poderão ser incluídas como por exemplo os indicadores de desempenho, .

10. SELEÇÃO E INDICAÇÃO DE CVTS

O processo de apoio aos CVTs inicia-se com a análise técnica dos projetos que serão objeto de classificação e priorização no âmbito do departamento responsável pela coordenação da ação de apoio à implantação e modernização dos CVTs.

O projeto básico deverá conter todos os itens acima listados, em livre formato, que justifique o tema do CVT, demonstrando a sua inserção, impacto e importância para a estratégia de desenvolvimento do Estado, Município ou região.

A solicitação de apoio ao projeto (ofício) deverá ser endereçada ao Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, Sr. Alexandre Navarro, juntamente com o projeto básico e toda a documentação exigida pela IN/97, devendo ser enviados à Secretaria de C&T para Inclusão Social (SECIS) do MCT.

10.1. Classificação dos CVTs

De posse dos projetos, a primeira etapa contempla função de análise técnica, de mérito e enquadramento.

As prioridades podem ser:

- 1 (máxima) – Aqueles projetos de CVTs em que a articulação local esteja bem definida, com um (obrigatoriamente uma instituição educacional, científica e tecnológica de boa qualificação) ou mais partícipes envolvido.
- 2 (média) – Localidade ainda não contempladas com projetos semelhantes;

10.2. Análise, aprovação e contratação de projetos

Os projetos elaborados serão submetidos à análise da área técnica responsável pela coordenação do Programa de Apoio à Implantação e Modernização dos CVTs, será feita a verificação da adequação das proposições às respectivas normas e diretrizes internas e às características dos instrumentos disponibilizados para o CVT, bem como sua caracterização.

A partir de então, será iniciado o processo de aprovação, empenho, assinaturas, registro, publicação e pagamento dos convênios e/ou contratos resultantes do processo de apoio.

11. INSTRUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELO SISTEMA MCT PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS

11.1. CNPq

11.1.1. Bolsas de Fomento Tecnológicos

Bolsa de longa duração no país: para períodos de noventa dias a vinte e quatro meses.

DTI – Desenvolvimento Tecnológico Industrial.

O beneficiário deste tipo de bolsa não pode ter vínculo empregatício com nenhuma instituição.

ITI – Iniciação Tecnológica Industrial.

O beneficiário deve ser estudante matriculado em curso de nível superior.

EV – Especialista Visitante.

O beneficiário deve ser especialista renomado. Durante o período da bolsa, de até doze meses, deverá estar formalmente licenciado da entidade na qual está empregado ou exerce suas atividades profissionais ou não ter vínculo empregatício com nenhuma instituição.

Bolsas de Curta duração

BEP – estágio e treinamento no país, por até noventa dias. Ver instruções no endereço www.cnpq.br/formulários/rhae/forms/index.htm, no item “Programa RHAE”.

BEV - especialista visitante de curta duração, por até noventa dias. Ver instruções no endereço acima, no item “Programa RHAE”.

11.1.2. FINEP

Modalidades de financiamento

A FINEP dispõe de diferentes modalidades de apoio a ações de C,T&I empreendidas por organizações brasileiras, que podem ser utilizadas de forma isolada ou combinada.

11.1.3. Financiamento não-reembolsável

Apoio financeiro concedido a instituições públicas ou organizações privadas sem fins lucrativos para:

- realização de projeto de pesquisa científica ou tecnológica ou de inovação;
- realização de projetos em parcerias com empresas, inclusive com contrapartidas das financiadas pela FINEP;
- realização de estudos ou de eventos e seminários voltados ao intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores.

O financiamento é concedido pela FINEP por meio de um convênio celebrado com a organização proponente, no qual são especificados os objetivos, os resultados esperados, o plano de trabalho, os indicadores de desempenho, o cronograma de desembolso e o prazo de apresentação do relatório técnico e da prestação de contas.

Instituições elegíveis para financiamento não-reembolsável

- Universidades e outras instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, desde que sem fins lucrativos;
- Instituições e centros de pesquisa tecnológica, públicas ou privadas, desde que sem fins lucrativos;
- Outras instituições públicas e organizações não-governamentais sem fins lucrativos.

Elaboração: MCT/SECIS/DEPDI

ANEXO I

Modelo do Plano de Desenvolvimento Preliminar

1. Caracterização sumária do Estado.

- Superfície, grau de urbanização e principais cidades.
- Tendências demográficas: crescimento vegetativo e saldo migratório.
- Evolução do PIB e renda per capita.
- Indicadores de distribuição de renda e de qualidade de vida.
- Importância da indústria, da agricultura e dos serviços, com destaque para os ramos da indústria e da agricultura mais significativos para a economia estadual.
- Principais oportunidades, ameaças e desafios que se colocam, neste momento, à economia do Estado

2. Contextualização do CVT

- Localização geográfica / delimitação do tema;
- Municípios envolvidos e cidade de referência;
- Que setores estão presentes ligados à atividade principal do CVT;
- Quantos empreendimentos existem e qual o pessoal ocupado, e a relação disso com a economia local/regional;
- Descrição de impactos ambientais, quando pertinente, com destaque para o aproveitamento de resíduos e o tratamento de efluentes;
- Que tipos de interação e cooperação existem entre as instituições públicas e privadas locais;
- Como se dá o aprendizado no contexto do CVT (capacitação, educação, treinamento etc);
- Posicionamento do CVT no contexto regional e nacional, destacando seu papel como irradiador e difusor do conhecimento científico-tecnológico.

Podem ser incluídos como anexo os diagnósticos ou estudos utilizados como base e fonte de informação.

3. Desafios, dificuldades, oportunidades e ações relacionadas

4. Prioridades

Aponte as ações prioritárias para execução nos próximos 3 anos.

5. Caracterização das instituições locais (Públicas e Privadas) envolvidas e da estratégia de sustentabilidade do CVT

6. Premissas

Descreva quais são as premissas essenciais, sem as quais o projeto do CVT não poderá ser executado a contento.

6.1. Descrição sintética do papel de cada uma das instituições envolvidas;

6.2. Apresentação sumária dos investimentos realizados no setor ou área nos últimos anos, pelas diversas instituições federais, estaduais e municipais;

6.3. Justificativa das prioridades (consensuais ou não) ou necessidades locais para com a implantação do CVT;

7. Resultados esperados

Descreva os resultados finais que se espera alcançar com a execução de cada ação descrita.

Correlacione os resultados às ações correspondentes (os resultados devem ser, quantificáveis e estar relacionados às ações ou atividades específicas).

8. Indicadores de resultado

Descrever indicadores para medir cada resultado que se espera alcançar e quais os métodos de medição da situação atual e da situação futura.

Sugere-se que os indicadores sejam classificados em:

c) Econômicos (ex: redução de importação, geração de renda, redução de mortalidade de empresas, aumento da participação no mercado interno e/ou externo, produtividade)

d) Sociais (ex: geração de renda, melhoria das condições de trabalho, capacitação dos trabalhadores). Outras classes de indicadores poderão ser incluídas.

9. Resumo de ações

Relacione todas as ações previstas e todos os parceiros, inserindo o investimento de cada parceiro em cada ação. Escreva os totais das linhas e das colunas, efetuando os cálculos do quanto cada ação (nas linhas) e parceiros (nas colunas) representam em termos de percentual do total.

A tabela pode ser aumentada de acordo com o número de ações e o número de parceiros envolvidos.

Ação Parceiro 1 (em R\$) Parceiro 2 (em R\$) TOTAL (em R\$)

Tecnológico Ação 1

Ação 2

Gestão Ação 3

Ação 4

Mercado Ação 5

Ação 6

Crédito Ação 7

Ação 8

TOTAL

%

10. Gestão do Plano de Desenvolvimento

Descreva como será feita a gestão do Plano de Desenvolvimento, como se dará a coordenação das ações previstas e como serão tomadas as decisões necessárias à execução do Plano e ao seu contínuo planejamento.

11. Monitoramento e Avaliação

Ainda relacionado à gestão do Plano de Desenvolvimento, descreva quais são os instrumentos de acompanhamento do andamento do Plano, como e com que frequência os resultados serão avaliados.

ANEXO II
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS SOBRE CVTS

I. SÍNTESE DO PROJETO

1. Objetivo
2. Justificativa
3. Tipo de CVT
() Tipo I () Tipo II () Tipo III

II. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Localização e região atingida
2. Informações sobre o contexto sócio-cultural-econômico da região
3. Público Alvo
4. Parcerias
5. Contrapartidas Locais

III. IMPLANTAÇÃO E GESTÃO

1. Coordenação e Gestão do Projeto
2. Metodologia de Implantação
3. Sustentabilidade
4. Cronograma

IV. AVALIAÇÃO

1. Resultados esperados
2. Acompanhamento
3. Indicadores para avaliação

V. QUADRO DE CUSTOS